


TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA de SÃO PAULO
FORO CENTRAL - FAZENDA PÚBLICA/ACIDENTES
10ª VARA DE FAZENDA PÚBLICA
Viaduto Dona Paulina, 80, 8º andar -, Centro - CEP 01501-020, Fone:
3242-2333r2031/, São Paulo-SP - E-mail: sp10faz@tjsp.jus.br
Horário de Atendimento ao Público: das 13h00min às 17h00min
OFÍCIO REQUISITÓRIO Nº 4026/2023 – DES.

O(A) MM. Juiz(a) de Direito da 10ª Vara de Fazenda Pública do Foro Central - Fazenda Pública/Acidentes- Comarca de de SÃO PAULO, Dr(a). Rodrigo Jae Hwa An, nos autos do processo abaixo determinado, solicita a Vossa Excelência providências para a requisição da(s) importância(s) indicada(s), devidamente atualizada(s) e com relação às quais informa que não existe nenhum recurso pendente.

Processo nº: **0031997-12.2018.8.26.0053/12**

Processo Principal/Conhecimento: **0136001-23.2006.8.26.0053**

Credor(s): **Ana Cristina de Moura**

Advogados(s): **Ana Cristina de Moura OAB: 134361/SP**

Devedor: **PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO PAULO**

Procurador(es): **n/c OAB: n/c**

Quantidade de credores: **1**

Natureza: **Alimentar - Salários, vencimentos, proventos e pensões**

Natureza do crédito: **Remuneratório**

Crédito tributário: **Não**

Valor global da requisição: **R\$ 228.380,97 (DUZENTOS E VINTE E OITO MIL, TREZENTOS E OITENTA REAIS E NOVENTA E SETE CENTAVOS)**

Data do trânsito em julgado – processo de conhecimento: **11/12/2009**

Dados suplementares:

Data em que foi ajuizado o processo de conhecimento: **04/12/2006**

Natureza da obrigação/processo: **Precatório - Pagamento**

Foram opostos embargos do devedor ou houve impugnação: **Não**

Data do decurso do prazo para sua interposição dos embargos / impugnação: **13/01/2023**

Trata-se de valor incontroverso: **Não**

Data em que a decisão relativa ao valor incontroverso tornou-se definitiva: **n/c**

Houve expedição de RPV fundada em interpretação da Regra do parágrafo 2º do art. 102 do ADCT ou pagamento de superpreferência nos termos da Resolução CNJ nº 303/2019: **Não**

Valor: **R\$ 0,00**

Data: **n/c**

Data da intimação da devedora para compensação: **n/c**

Data do trânsito em julgado da decisão sobre compensação: **n/c**

O crédito acima deverá ser atualizado na forma do artigo 100 e seus parágrafos, da Constituição Federal, até a satisfação total do débito.

Este ofício é acompanhado do anexo relacionando credor e/ou advogado(s) e respectivo(s) valor(es) individualizado(s).

São Paulo, 16 de março de 2023.

Rodrigo Jae Hwa An, Juiz(a) de Direito.

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,
CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**

Ao Excelentíssimo Senhor Desembargador

PRESIDENTE DO EGRÉGIO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

DIRETORIA DE EXECUÇÃO DE PRECATÓRIOS E CÁLCULOS - DEPRE

Rua dos Sorocabanos, 680 - Ipiranga.

CEP 04202-001 - São Paulo - SP


TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA de SÃO PAULO
FORO CENTRAL - FAZENDA PÚBLICA/ACIDENTES
10ª VARA DE FAZENDA PÚBLICA
Viaduto Dona Paulina, 80, 8º andar -, Centro - CEP 01501-020, Fone:
3242-2333r2031/, São Paulo-SP - E-mail: sp10faz@tjsp.jus.br
Horário de Atendimento ao Público: das 13h00min às 17h00min
ANEXO II
ANEXO II
Credor nº.: 1
Nome: Ana Cristina de Moura
CPF/CNPJ/RNE: 160.262.368-64
Tipo de Levantamento: Parte não possui conta bancária
Banco: n/c Agência: n/c Conta: n/c Variação: n/c
Data do nascimento: 24/06/1971
Credor(es) com mais de sessenta anos nesta data: Não
Portador de doença grave: Não
Pessoa com deficiência: Não
Houve expedição de RPV fundada em interpretação da Regra do parágrafo 2º do art. 102 do
ADCT ou pagamento de superpreferência nos termos da Resolução CNJ nº 303/2019: Não
Total deste requerente: R\$ 228.380,97 (DUZENTOS E VINTE E OITO MIL, TREZENTOS E OITENTA REAIS E NOVENTA E SETE CENTAVOS)
Valor compensado (Art. 100, §§9º e 10, CF): R\$ 0,00 (ZERO)
Valor requisitado: R\$ 228.380,97 (DUZENTOS E VINTE E OITO MIL, TREZENTOS E OITENTA REAIS E NOVENTA E SETE CENTAVOS)
Data base para atualização: 28/02/2018
Principal/Indenização: R\$ 0,00 (ZERO)
Juros Moratórios: R\$ 0,00 (ZERO)
Termo final dos juros moratórios: n/c
Juros Compensatórios: R\$ 0,00 (ZERO)
Termo final dos juros compensatórios: n/c
Contribuições:
INST.PREV. - INST. DE PREV. MUN. DE SÃO PAULO - IPREMSAOPAULO R\$ 0,00 (ZERO)
ASSIST.MÉD. - HOSP. DO SERV. PÚBL. MUN. DE SÃO PAULO - HSPMSAOPAULO R\$ 0,00 (ZERO)
Salário Pericial: R\$ 0,00 (ZERO)
Assist. Técnico: R\$ 0,00 (ZERO)
Custas: R\$ 0,00 (ZERO)
Despesas: R\$ 0,00 (ZERO)
Multas: R\$ 0,00 (ZERO)
% multas: 0,00 (ZERO POR CENTO)
Dados Suplementares:
n/c
Órgão a que está vinculado o credor: n/c
Situação no órgão: n/c
Requisição: Total


TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA de SÃO PAULO
FORO CENTRAL - FAZENDA PÚBLICA/ACIDENTES
10ª VARA DE FAZENDA PÚBLICA
Viaduto Dona Paulina, 80, 8º andar -, Centro - CEP 01501-020, Fone:
3242-2333r2031/, São Paulo-SP - E-mail: sp10faz@tjsp.jus.br
Horário de Atendimento ao Público: das 13h00min às 17h00min
Dados do Advogado
Nome: Ana Cristina de Moura
OAB: 134361/SP
CPF/CNPJ/RNE: 160.262.368-64
Tipo de Levantamento: Advogado não possui conta bancária
Banco: n/c Agência: n/c Conta: n/c Variação: n/c
Data do nascimento: 24/06/1971
Credor(es) com mais de sessenta anos nesta data: Não
Portador de doença grave: Não
Pessoa com deficiência: Não
Honorários advocatícios sucumbenciais requisitados separadamente em outra requisição: Não
Valor individualizado dos honorários relativos ao credor desta requisição: R\$ 228.380,97
(DUZENTOS E VINTE E OITO MIL, TREZENTOS E OITENTA REAIS E NOVENTA E SETE CENTAVOS)
Percentual: 0,00 (ZERO POR CENTO)
Honorários advocatícios contratuais: Não
Honorários contratuais: R\$ 0,00 (ZERO)
% contratuais: 0,00 (ZERO POR CENTO)
Multas: R\$ 0,00 (ZERO)
% multas: 0,00 (ZERO POR CENTO)
Custas: R\$ 0,00 (ZERO)
Despesas Processuais: R\$ 0,00 (ZERO)
VALORES TRABALHISTAS:
Contribuição Social: R\$ 0,00 (ZERO)
INSS: R\$ 0,00 (ZERO)
NIT do credor: n/c
CNPJ do INSS: 29979036000140
Conta bancária do órgão:
Banco: n/c Agência: n/c Número da Conta: n/c
INFORMAÇÕES TRIBUTÁRIAS
Há isenção do Imposto de Renda: Não
Há valores submetidos à tributação na forma de rendimentos recebidos acumuladamente (RRA) nos termos do art. 12-A da Lei nº 7.713/1988? Não
Cálculo de IR sobre juros? Não